

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Manifestações em mídias alternativas brasileiras: o caso do Massacre de 29 de abril nas revistas Fórum e Carta Capital¹

Ana Cristina Consalter AMÔR²

Priscila Santana CALDEIRA³

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

Resumo

Esta pesquisa contemplou a análise da cobertura do conhecido “Massacre do Centro Cívico”, ocorrido em 29 de abril de 2015, em Curitiba, pelas revistas alternativas brasileiras Fórum e Carta Capital, por meio da análise de conteúdo. O estudo objetivou analisar como esses veículos representaram o episódio em questão, que alcançou grande repercussão no Estado e em todo o Brasil devido a truculenta repressão aplicada pela Polícia Militar do Paraná, a pedido do governador Beto Richa. Optou-se pela versão *online* das revistas semanais Carta Capital e Revista Fórum, pois se apresentam como plurais e propõem uma análise positiva de movimentos sociais e ações coletivas. Ambas as revistas assumiram posturas editoriais positivas em relação à manifestação dos professores e suas motivações, bem como de maneira negativa a truculência policial no dia fatídico de abril de 2015.

Palavras-chave: mídia alternativa; manifestações; análise de conteúdo; Carta Capital; Revista Fórum.

Introdução

Em 29 de abril de 2015 o “Massacre do Centro Cívico” deixou mais de 200 servidores públicos e professores do estado do Paraná feridos por policiais militares, que formavam um cerco ao prédio da Assembleia Legislativa, em Curitiba. O aparato policial atacou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, para impedir que houvesse intervenção na votação do projeto de lei que propunha mudanças no sistema previdenciário dos servidores estaduais e que naquela mesma tarde foi aprovado pelos deputados.

Com enfoque neste episódio, que representa uma afronta do direito à greve e repressão aos direitos humanos, a presente pesquisa objetivou analisar o conteúdo da cobertura

¹ Trabalho apresentado no GT Comunicação Popular e Alternativa, do PENSACOM BRASIL 2016.

² Jornalista, mestre em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus Bauru, e-mail: anaconsalteramor@gmail.com.

³ Jornalista, mestranda em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus Bauru, e-mail: priscilacaldeira@faac.unesp.br.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

por dois veículos alternativos brasileiros. Optou-se pela versão *online* das revistas semanais Carta Capital e Revista Fórum, pois se apresentam como plurais e propõem uma análise positiva de movimentos sociais e ações coletivas.

O período de análise foi de 28 de abril a 05 de maio de 2015, porque delimita a batalha impetrada contra os profissionais da educação, que causou indignação e apoio da sociedade brasileira.

Utilizaram-se as proposições de Laurence Bardin (2009) sobre Análise de Conteúdo (AC) como metodologia. As revistas em questão integram a “imprensa alternativa brasileira” que se caracteriza pela confrontação à estrutura monopolizada da grande mídia. Inspirada no Fórum Social Mundial, a Revista Fórum foi lançada com a cobertura do primeiro evento, que aconteceu em janeiro de 2001 em Porto Alegre.

Com uma tiragem de 75 mil exemplares, a Carta Capital é uma publicação da Editora Confiança, que nasceu em 2001, com o jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta. Na literatura destacam-se o conceito de “mídia radical” de Downing (2002) e as considerações de mídia alternativa de Atton (2001). Na base teórica sobre movimentos sociais destacam-se as obras de Gohn.

Ambas as revistas assumem posturas editoriais positivas em relação à manifestação dos professores, bem como exploram os motivos da greve e da truculência policial no dia fatídico de abril de 2015. Ao contrário dos veículos tradicionais, essas mídias representam questões de cidadania porque caminham para discussões além dos fatos.

1. Os movimentos sociais e o massacre do Centro Cívico

Para contextualizar a cobertura de tais manifestações pelos meios alternativos de comunicação em questão, torna-se imprescindível abordar o tema dos movimentos sociais, visto que foi o movimento grevista dos servidores públicos do Paraná que durante cerca de três meses denunciou o descaso do governo do Estado com a área da educação e envolveu mais de 250 mil servidores. O movimento mobilizou diversas manifestações, passeatas, atos públicos e enfrentamentos, sendo o mais representativo deles o “Massacre de 29 de abril”, quando as mobilizações de professores e servidores foram reprimidas com violência por parte da Secretaria de Segurança Pública.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

A categoria do funcionalismo público realizou duas grandes paralisações em 2015, motivada contra a aprovação de um pacote de medidas que visava contenção de gastos e a consequente redução de benefícios do funcionalismo. No total, a primeira e segunda fases somaram 73 dias corridos e 49 dias letivos.

No protesto contra a aprovação do projeto de lei nº 252/2015 que afetava os direitos do funcionalismo público, os professores acamparam no Centro Cívico da capital paranaense, onde se localiza a Assembleia Legislativa (Alep) e a sede do governo. Segundo o projeto, o regime de previdência social de mais de 34 mil aposentados com mais de 73 anos seria alterado para o Fundo Previdenciário.

As medidas permitiriam a apropriação de R\$8 bilhões do Fundo Previdenciário dos professores por parte do estado, pois o dinheiro seria utilizado para saldar as dívidas da gestão anterior do mesmo governador.

Em 29 de abril, quando os deputados estaduais decidiram votar o projeto, foi montado um cerco no prédio da Assembleia Legislativa, com aproximadamente 1.100 policiais militares. A medida foi justificada pelo governo como cumprimento a uma decisão judicial que previa autorização do uso de força policial caso houvesse ocupação da Casa – como ocorreu no mês de fevereiro, quando servidores evitaram a votação de um pacote de ajuste fiscal.

Por volta de duas horas, os policiais dispersaram com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cães os manifestantes acampados, mesmo depois de eles terem recuado. O confronto teria se iniciado devido à tentativa de um grupo ultrapassar a área de isolamento.

Ainda durante o bombardeio, os deputados aprovaram as mudanças na ParanáPrevidência e o projeto de lei foi sancionado pelo governador Beto Richa menos de 24 horas após o protesto, que deixou mais de 200 pessoas feridas. Trata-se de um episódio de relevância para a história dos movimentos sociais e sindicais.

Para Gohn e Brigel (2012, p. 7), que estudam os movimentos sociais tradicionais, vários paradigmas têm sido abordados de diferentes perspectivas desde a institucionalização acadêmica desses movimentos.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Os clássicos seriam os provenientes principalmente da Europa e dos Estados Unidos e a partir de então alguns enfoques passaram a ser revistos e/ou redescobertos. As abordagens críticas, advindas do marxismo, dos novos movimentos sociais, da teoria da mobilização social e mobilização política desenvolveram na América Latina outros desdobramentos e reconstrução de teorias que buscam inúmeras respostas para os movimentos sociais contemporâneos.

No Brasil, segundo Gohn (2012, p. 222), os movimentos se concentraram nas últimas três décadas, o que ela atribui, talvez, à sua extensão territorial e a sua população em relação aos outros países latinos. Por isso a abordagem da autora a partir da década de 90, período de intensas mudanças no processo de desenvolvimento brasileiro, as quais abarcam novas estratégias de intervenção social para enfrentar a chamada “capacidade reguladora de mercado”, além do crescimento da economia informal. “As relações de trabalho deixam de ser o principal foco das lutas dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego”.

Tem-se o desenvolvimento de uma nova concepção de sociedade civil e o surgimento de novos atores sociais, além de novos espaços, novos formatos de participação e relações sociais, basicamente construídos pelos movimentos populares nas décadas de 70 e 80 e por ONGs, na década de 90, a partir de relações baseadas em direitos e deveres.

No Brasil há esse destaque para a década de 90, quando segundo Gohn (2012, p. 317), os movimentos tornaram-se mais qualificados e estruturados, com ações motivadas com mais organização e menos pressão, que trouxeram, sobretudo, uma nova cultura e contribuições dos diferentes tipos de movimentos para o processo de democratização do país para reconstrução de valores democráticos.

Destacamos então, que a articulação do movimento grevista dos servidores do Paraná feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, APP-Sindicato, teve como principal característica a tentativa de organizar o movimento social.

E enfim, esses atores e espaços têm desempenhado papel fundamental na história das mudanças sociais porque criam uma comunidade, constituindo proximidade, assumem e ocupam o espaço, reivindicando a cidade e o que ela pode proporcionar, constroem uma

comunidade livre e criam verdadeiro espaço de deliberação e de tomada de decisões ajustadas aos interesses comuns.

Para Castells (2013, p. 20), esses atores sociais aspiram justiça e denunciam inúmeras incoerências e atrocidades: pobreza, exploração econômica, desigualdade, comunidade política antidemocrática, estados repressivos, judiciário injusto, racismo, xenofobia, brutalidade, censura, fanatismo religioso, desrespeito à liberdade individual, intolerância, xenofobismo, descuido com o planeta, gerontocracia, incitação à guerra, entre outras representações de dominações de homens e mulheres em seus plenos estados de ignorância.

2. A cobertura jornalística de magazines e os veículos alternativos

Segundo Pontes (2015, p. 83), o jornalismo tem sido considerado pelos movimentos sociais uma prática inimiga, como um sistema de propriedade concentrado, considerações que nos permitem “ponderar que o exercício do jornalismo guarda uma importância e um potencial que transcendem essa situação de dominação política”.

Nesse sentido, torna-se fundamental perceber como veículos ditos alternativos, neste caso, especificamente as revistas, se comportaram diante de um evento que chocou a sociedade pela violência empregada durante as manifestações.

Inicialmente, caracterizamos o estilo magazine em geral, que comporta características particulares, mas que apresenta então suas discrepâncias de acordo com a abordagem, o público alvo e os objetivos de cada veículo.

De acordo com Scalzo (2003), o termo *magazine* vem do inglês e designava as redes de lojas que vendiam de tudo um pouco. Logo a Inglaterra, a França e depois os Estados Unidos e Alemanha utilizaram o termo para qualificar as revistas de conteúdo semanal.

Vilas Boas (1996) divide as revistas em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral. E afirma que as revistas de informação semanais detêm seus próprios modos de transmitir a informação. Distantes do jornalismo praticado nos jornais diários, elas tendem a estender a cobertura jornalística, que se preocupa mais com a contemporaneidade e atualidade. Seu planejamento editorial trabalha, de maneira

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

harmoniosa, “ritmo gráfico, visual e sentido das palavras”. O jornalista deve se empenhar ao máximo para garantir o interesse constante do leitor. Para tanto, a capa é produzida com “atrativos de uma embalagem”. O texto é organizado em tópicos frasais, e a abertura das matérias é quase sempre uma narrativa climática, ou seja, trata-se de abordar o assunto, não o fato. A notícia deve ser explorada de um modo mais amplo e interpretativo.

As revistas em questão, Fórum e Carta Capital, fazem parte da considerada “imprensa alternativa brasileira” e caracterizam-se pela confrontação à estrutura monopolizada da grande mídia, a qual segundo Moraes (2010, p. 188) fabrica o consenso de modo a insistir que não há saída fora dos pressupostos neoliberais.

O jornalismo alternativo, com o objetivo de propor uma reconstrução da esfera pública, apresenta uma perspectiva a partir dos valores “da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos” (OLIVEIRA, 2009, p. 6). De acordo com Oliveira, não se trata apenas de defender os valores da democracia institucional, mas que rompe com o cerco da agenda de fontes oficiais, “pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito consumidor”. (Idem, Ibidem, p. 6)

A mídia alternativa – denominada de “radical” por John Downing (2002) é em geral de pequena escala. No entanto, Chris Atton (2001) afirma que ela não se expressa apenas pela forma diferenciada de produção e distribuição. Sua radicalidade pode ser interrogada pelo caráter multidimensional, sendo uma perspectiva que privilegia a sobreposição e intersecção de dimensões. O jornalismo alternativo rompe com a lógica de que o receptor seja um mero consumidor das mensagens.

O diálogo da imprensa alternativa com manifestações que pregam mudanças sociais – ou neste caso analisado, a reivindicação pela manutenção de direitos –, assume relevância na sociedade pelo fato de proporcionar a diversidade, além de mostrar autonomia diante dos grandes conglomerados de comunicação. Nesse sentido, à medida que o veículo cumpre uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, confere “voz” e visibilidade às minorias.

Inspirada no Fórum Social Mundial, a Revista Fórum foi lançada com a cobertura do primeiro evento, que aconteceu em janeiro de 2001 em Porto Alegre. “Foi lá na Porto

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Alegre daqueles que sonhavam um outro mundo possível que a Fórum nasceu. Não é a publicação oficial do FSM, mas a revista traz no seu DNA a força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor” (SOBRE A REVISTA, 2016).

A revista impressa circulou mensalmente até dezembro de 2013, com uma venda de 20 a 25 mil exemplares. Desde janeiro de 2014 a Fórum tornou-se digital. Na página institucional, o periódico informa a preocupação em trazer nas reportagens e entrevistas uma visão de mundo diferente dos meios de comunicação tradicionais.

A revista *Carta Capital* completou 21 anos em 2015. É uma publicação da Editora Confiança, que nasceu em 2001, com o jornalista ítalo-brasileiro, Mino Carta, quando a revista ainda era quinzenal. Em sua página institucional, a Editora se posiciona como uma empresa que acredita no jornalismo de qualidade e independente, e destaca que a base de todo o seu trabalho está no compromisso com seus leitores, telespectadores e parceiros comerciais em todas as plataformas.

Com uma tiragem de 75 mil exemplares, tem por hábito noticiar os desdobramentos dos fatos em vez de silenciar e comporta-se na maioria das vezes de maneira contrária ao posicionamento dos grandes meios de comunicação.

Diferente das outras revistas tradicionais, *Carta* defende que os meios de comunicação devem desvelar-se e assumir publicamente suas afinidades político-partidárias porque entende que assim a relação com o leitor é mais honesta e autêntica.

3. O Massacre de 29 de abril nas revistas Fórum e Carta Capital

A partir da análise de conteúdo da cobertura das revistas Fórum e Carta Capital acerca das manifestações dos servidores públicos do Estado do Paraná, especificamente no dia 29 de abril de 2015, dia em que o evento ficou conhecido como o “Massacre do Centro Cívico”, devido à notória violência policial que foi aplicada sobre os manifestantes que protestavam contra o projeto de lei que propunha mudanças no sistema previdenciário daquele Estado.

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Optou-se pela versão *online* das revistas semanais, pois se apresentam como plurais e propõem uma análise positiva de movimentos sociais e ações coletivas. Essas revistas integram a “imprensa alternativa brasileira” que se caracteriza pela confrontação à estrutura monopolizada da grande mídia.

O período de análise foi de 28 de abril a 05 de maio de 2015, porque delimita a batalha impetrada contra os profissionais da educação, que causou indignação e apoio da sociedade brasileira.

Utilizou-se as proposições de Laurence Bardin (2009) sobre Análise de Conteúdo (AC) como metodologia, abrangendo as etapas de exploração das revistas e a catalogação dos conteúdos relacionados à temática citada, leitura e a interpretação dos dados.

A análise foi construída de acordo com modelo metodológico proposto por Lopes (2003) no que diz respeito às quatro fases da investigação: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação.

As matérias que abordam o tema em questão foram identificadas a partir dos seguintes itens: nome da revista, data de edição, título e subtítulo da matéria, breve descrição da matéria e possível material iconográfico.

Inicialmente, fizemos uma leitura flutuante das matérias que abordam de alguma maneira as manifestações. A leitura flutuante, conforme Bardin (1988), é uma leitura preliminar do material, a fim de reconhecê-lo e identificar aspectos mais relevantes. É neste momento que as categorias são identificadas. Estas proporcionam maior “rendimento” analítico, enfocando pontos que suscitam mais contrastes na análise de conteúdo e sugerem mais as inclinações dos textos.

Após esta leitura, identificamos as seguintes categorias de análise de conteúdo, definidas com base nos conteúdos trazidos pelas matérias: 1 - as razões do movimento; 2 – a repressão policial.

As categorias identificadas foram estabelecidas para estruturar a análise a partir de aspectos comuns às notícias que, claramente trouxeram informações acerca desses dois eixos, ou seja, sobre o porquê da mobilização e das manifestações, como as autoridades (governo e polícia militar) se posicionaram diante do evento que alcançou repercussão em todo o Brasil.

Depois de identificar e estabelecer as categorias de análise, observamos sistematicamente cada uma delas e como foram representadas nos textos, títulos, legendas, destaques, identificando e fazendo uma relação dos substantivos, adjetivos, frases, metáforas e ironias com o objetivo de construir uma lista de expressões relativas a elas.

3.1 A revista Carta Capital

A revista Carta Capital apresentou três matérias dentro do contexto e do período analisado. A matéria “Um dia triste para os professores do Paraná”, veiculada no dia 29 de abril, está na seção Sociedade e na subseção Violência policial. Traz o subtítulo “Repressão policial fere 200 em ato contra um projeto de Beto Richa (PSDB) que altera a previdência estadual”. Relata que os mais de dois mil policiais que cercavam os prédios da Assembleia Legislativa do Paraná, na tarde da quarta-feira, 29, reagiram às manifestações dos professores. Estes foram impedidos de acompanhar a votação do Projeto de Lei que altera a previdência estadual.

A reportagem descreve com detalhes as formas de repressão, a quantidade de feridos e a situação dos hospitais. O confronto estava sendo desenhado desde o fim de semana, com presença ostensiva de PMs por toda parte. Richa teria recuado e retirado o projeto da pauta, mas voltou com todo gás, inclusive para intensificar a repressão.

Com o projeto aprovado e a truculência policial evidente, o episódio teria repercutido em todo o Estado e também em todo o Brasil. “O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, determinou a instauração de procedimento destinado a apurar responsabilidades por ‘eventual excesso’ na repressão das manifestações desta quarta-feira”.

De fato, a reportagem já inicia sua avaliação com descrição intensa dos fatos que se sucederam neste dia emblemático. Essas descrições enfatizam as ações violentas da Polícia Militar em números e táticas, e as consequências que causaram, além da postura do governo do Paraná em relação ao projeto de Lei em questão e sua resposta para as manifestações que se desenhavam nas ruas.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Foram 15 horas de confronto, quando “as ruas se transformaram em um cenário de guerra”, com dois mil policiais e 1,5 manifestantes envolvidos, mais de 200 feridos e oito feridos em estado grave. “Policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos d’água contra os manifestantes”.

Em relação à motivação do movimento, a revista apenas cita quais seriam as insatisfações diante da nova Lei, mas não explora esse contexto.

A reportagem investe nos excessos da repressão policial, quando finaliza constatando a repercussão negativa do evento em todo o Estado e também no resto do país e que, inclusive foi classificado pela OAB do Paraná como um “Verdadeiro Massacre”, com “eventuais excessos”, quando, na verdade, deveria apenas garantir a segurança dos manifestantes e conter eventuais infrações.

A segunda matéria “O governo Richa desmancha-se no ar”, veiculada no dia 30 de abril, na seção Política, apresenta o subtítulo “É cedo para prever o futuro político daquele que já foi uma promessa Tucana, mas o governador pode ter selado sua sorte entre balas de borracha e bombas de gás”.

De acordo com o conteúdo, o governo Richa “se esfacela”. Mesmo com aprovação de 64% logo pós sua reeleição, o governador chegou, 60 dias depois, em seu maior índice de rejeição, 70%.

Há ainda destaque para o episódio no qual Richa tentou impor um pacote de medidas econômicas e acabou enfrentando mais de 50 mil servidores nas ruas de Curitiba. Tal governo ainda foi acusado de possível cumplicidade em esquemas de extorsão e corrupção comandados por um “primo distante”.

O governador também teria provocado caos nas finanças do Estado em dívidas com fornecedores, tentando sangrar a poupança previdenciária para recompor o déficit.

Sobre o episódio do Centro Cívico, o texto destaca que “a partir de agora, os manifestantes estariam apenas defendendo seus interesses de maneira pacífica, mas Richa teria culpado os manifestantes pela batalha”. A matéria qualifica sua declaração como cômica e o governador como uma pessoa sem bom senso, equilíbrio e responsabilidade.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

Segundo esse material, “O episódio da Praça Nossa Senhora da Salete ficará na história e o governador Beto Richa marcado como seu algoz”.

De fato, é possível considerar que em relação às categorias de análise, primeiramente a matéria desqualifica a atuação recente do governo, dando legitimidade às manifestações, ou seja, às razões do movimento. A matéria considera que o governo errou, atuou de maneira nociva e estaria agora colhendo os frutos de sua administração duvidosa e que os manifestantes estariam apenas defendendo interesses, possivelmente lesados com a aprovação do Projeto de Lei. “O futuro dos funcionários públicos paranaenses estará seriamente comprometido”, destaca. Sobre a manifestação: “O protesto, além de pacífico, procedia. Os servidores só queriam defender seus interesses contra os desmandos do governador”.

Por sua vez, sobre a repressão, o conteúdo trata de maneira negativa a forma como os manifestantes foram contidos. Policiais, “fortemente armados”, teriam transformado o espaço numa “verdadeira praça de guerra”, o que a matéria classifica como “beligerância” e “verdadeiro massacre”.

Enfim, a terceira matéria de Carta, encontrada no período estipulado, “Violência da PM deixa mais de 200 feridos no Paraná”, está na seção Sociedade e traz o olho “Polícia usou balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e jatos d’água contra manifestantes”.

A matéria faz uma breve, mas muito detalhada descrição do que teria sido a repressão da Polícia Militar do Paraná. Relata táticas de repressão (cachorros, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e outros), que teria deixado mais de 200 feridos e ao menos oito pessoas em estado grave.

Há destaque para a informação de que 17 policiais militares teriam sido presos por se recusar a participar do cerco aos professores em Curitiba.

O conteúdo, enfim, trata especificamente da categoria Repressão, embora cite a motivação dos manifestantes, sem dar mais destaque para isso. A repressão, na verdade, é explorada. Mesmo de maneira breve, o conteúdo condena a violência aplicada pela polícia a pedido do governo destaca essa truculência de maneira negativa através de fotos e na descrição das táticas utilizadas.

3.2 A Revista Fórum

A Revista Fórum publicou sete matérias, no período de 28 de abril a 05 de maio de 2015, porém uma delas por se encaixar no gênero opinativo não foi contabilizada. Seis publicações são foco desta análise.

Na matéria de 28 de abril intitulada “Professores são agredidos pela polícia no Paraná”, o texto relata o motivo da agressão da polícia militar contra os professores em greve nos arredores da Assembleia Legislativa do Paraná. O subtítulo: “Foram usados spray de pimenta e bombas de gás em ação truculenta da polícia militar contra os manifestantes, que tentam pressionar os deputados estaduais a não aprovar as mudanças na previdência de servidores propostas pelo governador Beto Richa (PSDB)” enfatiza os elementos utilizados para reprimir o movimento.

O confronto aconteceu devido à PM evitar a passagem de um caminhão de som do Sindicato dos Professores (APP- Sindicato) que se dirigia para frente da Alep. “Foi usado spray de pimenta e bombas de gás contra manifestantes, que tentam pressionar os deputados estaduais a não aprovar as mudanças na previdência de servidores propostas pelo governador Beto Richa (PSDB)”.

Ao final do texto, há o hiperlink de acesso aos vídeos que denunciam a truculência da PM contra os manifestantes, que resultou no ferimento de oito pessoas. O conteúdo trata da categoria Repressão, com a ênfase nas palavras: agressão e truculência.

No dia 29 de abril, o Portal publica matéria com o título: “Cinegrafista da Band é atacado por pitbull da PM no Paraná”, na qual detalha informações sobre o ataque de um cão ao cinegrafista da TV Band, Luiz Carlos de Jesus, enquanto cobria a repressão ao protesto dos professores. Foi atingido na perna e precisou ser submetido a uma cirurgia. Na finalização da matéria, há a nota da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos) que citou todos os profissionais feridos e, ao final, protestou contra o emprego de violência pela PM. Nesta matéria também houve o predomínio da categoria Repressão, com a ênfase no repúdio à ação policial.

Em 30 de abril de 2015, o Portal republicou uma matéria do Jornalistas Livres intitulada: “Jornalista paranaense revela detalhes do massacre de 29 de abril”. Apesar de

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

se enquadrar como gênero opinativo, é importante citá-la devido ao detalhamento da ação violenta de policiais militares contra servidores públicos do Paraná, o atendimento improvisado às vítimas no prédio da Prefeitura de Curitiba, os vídeos com os feridos deitados sendo veiculados na internet, o impacto da aprovação do projeto de lei para o funcionalismo. O jornalista relata uma repressão ao protesto de professores da rede estadual em 1988, sob o governo de Álvaro Dias e cita também a investigação pela qual a administração de Richa é submetida, referente aos supostos pagamentos de propina a servidores da Receita Estadual de Londrina, no norte do Paraná.

A matéria seguinte: “Repressão da PM a professores no Paraná foi ‘uso desmedido da força’, diz Pepe Vargas”, traz a declaração do ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, que disse ser “inaceitável” a atuação truculenta e abusiva da PM que deixou mais de 200 feridos, sendo oito em estado grave.

Por meio da utilização das palavras: repressão, truculência, uso desmedido da força e violação de direitos humanos, reforça a identificação da categoria Repressão nesta matéria.

Na mesma data, a reportagem: “Por conta da repressão, professores do Paraná estudam ir à Justiça contra governo Richa” detalha a provável tomada de medida para responsabilizar o governo do estado e o presidente da Alep pela operação policial que deixou centenas de feridos em Curitiba. Foram ouvidas a secretária-geral da APP-Sindicato, o governador do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública.

Por meio das palavras-chave: “repressão, abusos de violência, ação policial, Justiça, provas, ação coletiva, mudança na previdência, atos de repúdio, excessos de policiais”, representa a categoria Repressão. O texto deixa claro a busca por medidas de responsabilização pelos atos praticados.

No dia 03 de maio foi publicado: “Presidente do PSDB do Paraná pede a cabeça do secretário de Segurança Pública”. O deputado federal Valdir Rossoni, presidente do PSDB no Paraná, publicou um texto no Facebook em que condenou a operação policial e coloca a responsabilidade sobre o secretário de segurança pública, Fernando Fracischini. O Portal publicou a nota na íntegra. Foram bastante recorrentes as palavras:

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016

responsabilidade, massacre, desmandos, exageros. Também se refere à categoria Repressão. Neste caso, a mostra de insatisfação com a operação policial.

Na matéria publicada dia 05 de maio de 2015: “Protestos em resposta ao massacre do Paraná acontecem nesta terça-feira”, a categoria de professores realiza manifestação em Curitiba e orienta protestos em nível nacional contra a violência e pela democracia. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e CUT anunciaram um dia nacional de mobilizações em solidariedade aos professores do Paraná agredidos no dia 29 de abril, bem como para cobrar de governadores e prefeitos o cumprimento do piso nacional da categoria, de acordo com o reajuste de 13,01%.

Estava marcado caminhada e ato político no Centro Cívico.

Foram consultadas a secretária-geral da CNTE e a presidenta da Apeoesp. As palavras mais recorrentes são: protestos, massacre do Paraná, dia nacional de mobilizações, solidariedade, cumprimento do piso, reajuste, ato político. A categorização destaque é da Repressão, mostrando a motivação por novos protestos a fim de denunciar a violência praticada em 29 de abril.

Considerações finais

De fato, o estudo em questão proporcionou uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas principais revistas brasileiras alternativas de circulação nacional na construção dos sentidos que envolvem o Massacre do Centro Cívico.

Em relação à revista *Carta Capital*, mesmo com uma cobertura mais breve, foi possível conferir também uma cobertura mais elaborada e plural porque examina bastante os acontecimentos. Também representa de maneira útil e positiva as razões do movimento e seus manifestantes. Reforça a importância do protesto e substancialmente critica a atuação truculenta da polícia e, sobretudo, do governo do Paraná. Define esses protestos como uma reivindicação social legítima e a atuação policial como excessiva, truculenta, desproporcional e desnecessária.

A cobertura da Revista Fórum enfatizou as consequências da repressão policial contra os servidores em greve: desde o detalhamento do número de feridos e nomeação – no

caso os profissionais da imprensa, nota de repúdio de instituições, relato de jornalistas que presenciaram a truculência, entrevistas com autoridades da pasta de Direitos Humanos e sindicato dos professores.

A análise de conteúdo permitiu afirmar que a cobertura dos veículos em questão concebe esses protestos como possibilidade dos sujeitos, como atores principais na esfera pública, de aperfeiçoarem, ampliarem e disseminarem a cidadania. A atuação política no episódio, no entanto, é retratada pela Carta como autoritária, desastrosa e inconcebível.

Referências bibliográficas

ATTON, Chris. **Alternative media**, London: Sage, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2ª ed. Ed. Senac. São Paulo, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta** (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009.

PONTES, Felipe Simão. **As mediações de um fato social: o uso dos frames Black bloc na cobertura midiática do massacre de 29 de abril**. In: GADINI, Sérgio Luiz. **Coberturas jornalísticas demarcadas: a greve dos professores na mídia paranaense 2015**.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2013. 112p.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo Magazine. O texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996